



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

IMPUGNANTE: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

IMPUGNADO: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO/MT

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2017

OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de medicamentos.

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

O Impugnado, através do competente Departamento de Licitações, promoveu a abertura de licitação pela modalidade Pregão Eletrônico, autuado sob o nº 15/2017, objetivando registrar preços para aquisições parceladas de medicamentos.

Foi dada publicidade ao respectivo ato, nos termos da lei, publicando-o no Diário Oficial da Associação dos Municípios Matrogrossense, no sítio desta municipalidade e no Mural Público, atendendo, assim, às disposições da Lei 10.520/02, bem como do Decreto 3.555/2000.

I - DOS FATOS:

A Impugnante alegou, em síntese, que a licitação deve ser exclusiva para micro e pequenas empresas para os itens cujo o valor estimado de contratação seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a edição da Lei Complementar nº 147/2014, especificamente seu art. 48, I.

II – DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação ocorreu tempestivamente, motivo pelo qual merecem ser conhecidas e julgadas de modo regular as alegações apresentadas pela impugnante.

III – DO MÉRITO

Em análise detida dos argumentos apresentados e em consulta às normas pertinentes à matéria, entendemos que NÃO devem prosperar as alegações da impugnante, pelos fatos e fundamentos a seguir dispostos.

Com efeito, a Lei Complementar nº 147/2014 alterou, entre outros pontos, o art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006. Vejamos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Art. 48 Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Por sua vez, o Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte [...] nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, em seu art. 6º, assim disciplinou o tema:

Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Portanto, não restam dúvidas que devem ser destinadas exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte as licitações cujos itens de contratação sejam de até R\$ 80.000,00.

Contudo, esquece-se a impugnante da regra estabelecida no art. 49 da referida lei complementar, *verbis*:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Em tempo, trazemos a definição da expressão “sediados local ou regionalmente”, trazida pelo próprio Decreto Federal nº 8.538/2015. Vejamos:

Art. 1º. [...];
[...];



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

§ 2º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - âmbito local - limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação;

II - âmbito regional - limites geográficos do Estado ou da região metropolitana, que podem envolver mesorregiões ou microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Portanto, fica claro que a licitação deverá ser exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, PORÉM, como condição expressa, devem existir no mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Todavia, em consulta ao nosso sistema de compras, aos pregões anteriormente realizados para a consecução do mesmo objeto e às respectivas atas de registro de preços, verificamos que não existem, pelo menos em tese, no município nem na região, no mínimo 03 (três) microempresas e empresas de pequeno porte capazes de atender as exigências do instrumento convocatório, visto que em momento algum participaram/venceram licitações realizadas por esta Prefeitura para aquisição de medicamentos nos termos dos respectivos editais.

Desta forma, em harmonia com as regras preconizadas no art. 49, incisos II e III, entendemos não ser viável nem possível a realização de licitação exclusiva para microempresas ou empresas de pequeno porte, visto que excluiria uma grande quantidade de licitantes, o que, sem dúvidas, acarretaria enormes prejuízos ao erário e inquestionável afronta aos princípios norteadores da administração pública, em especial aos concernentes à realização de certames licitatórios.

Assim sendo, nos termos acima, entendo como **improcedente** a alegação de que a licitação que se discute seja destinada exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte.


Ante ao exposto, pelos fundamentos fáticos e jurídicos supra mencionados, **DESACOLHO TOTALMENTE** as alegações da empresa impugnante, mantendo inalterados os pontos impugnados.

Campos de Júlio – MT, 24 de maio de 2017.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br


Eric Rodrigo Pettenan
Pregoeiro
Decreto nº 04/2017